

Dossiê de credores contesta falta de verbas

*Documento vai ao STF
como "prova incontestável"
de que Estado tem como
pagar dívidas judiciais*

FAUSTO MACEDO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, recebeu um dossiê de 300 páginas sobre as dívidas judiciais do Estado de São Paulo, que somam R\$ 5,5 bilhões. O documento foi preparado pela Associação Brasileira dos Credores da Administração Pública, entidade que agrupa os advogados de quase 100 mil pessoas físicas e jurídicas. A maioria aguarda pagamento de seus créditos há mais de cinco anos.

O dossiê será anexado aos autos de 98 processos de pedidos de intervenção federal em São Paulo, abertos desde março. Esses processos foram encaminhados ao Supremo por decisão do Tribunal de Justiça porque a Fazenda paulista não quitou débitos referentes a atualização de cálculos em ações alimentares movidas por servidores públicos.

O STF deverá julgar o primeiro ca-

so no início de agosto. Trata-se de ação movida por ex-funcionário do Instituto Butantã que reivindica R\$ 7 mil. A Procuradoria-Geral da República emitiu parecer favorável à decretação da intervenção, acusando o Estado de "inadimplência e desobediência às ordens judiciais".

O principal capítulo do dossiê, intitulado "Aspectos Financeiros", apresenta sete argumentos que chocam com a versão do Palácio dos Bandeirantes de que a Fazenda paulista não tem recursos para honrar o débito.

Os argumentos, relacionados como "prova incontestável" de que o governo tem dinheiro em caixa, são: a) edição de decretos do governo criando créditos suplementares; b) acordo Banespa, que resultou na tomada de empréstimo de R\$ 7,5 bilhões para pagar dívida do Estado com o banco; c) pagamentos antecipados a empreiteiras; d) criação do fundo de ações para pagamento de dívidas, excluindo os débitos judiciais; e)

análise dos balancetes bimestrais; f) financiamentos externos; g) solicitação ao Senado para emissão de títulos da dívida pública.

Caixa — Só os créditos suplementares alcançaram, em 1995, R\$ 8 bilhões. Este ano, até 24 de junho, o total foi de R\$ 1,8 bilhão. "É sabido que a edição de decreto que cria crédito

suplementar pressupõe a existência, fisicamente em caixa, do recurso financeiro", observa o presidente da associação dos credores, José Mário Pimentel de Assis Moura.

O dossiê da entidade faz menção aos créditos liberados a

empreiteiras provocando quebra da ordem cronológica. O governo Covas também é acusado de privilegiar alguns credores, como a Prefeitura de Guarulhos. A pedido do deputado estadual Paschoal Thomeu (PPB), candidato a prefeito de Guarulhos, o Palácio dos Bandeirantes retomou pagamento de R\$ 18 milhões àquele município.

PARECER DA
PROCURADORIA
É FAVORÁVEL A
INTERVENÇÃO